

O Movimento Estudantil na Universidade Estadual de Maringá - UEM (1970-1987)*

Reginaldo Benedito Dias**

Resumo

Este texto aborda a história do DCE e do movimento estudantil da Universidade Estadual de Maringá, no período compreendido entre a fundação da instituição e a implantação da gratuidade do ensino. Focalizando a singular gênese da UEM, ocorrida no auge da ditadura militar, a análise tem o objetivo de demonstrar como o movimento estudantil, em um processo de médio prazo, contribuiu para a pavimentação do caminho que levou à democratização da instituição e à conquista da gratuidade do ensino.***

Palavras-chave: Universidade Estadual de Maringá, movimento estudantil, lutas educacionais; Maringá (PR).

* Texto originalmente publicado no *Caderno de Metodologia e Técnica de Pesquisa*. Maringá: UEM. v 6, 1995. Trata-se da sistematização de palestra proferida para o "I Seminário de Movimento Estudantil", realizado pelo DCE-UEM nos dias 26, 27 e 28 de novembro de 1992.



** **REGINALDO BENEDITO DIAS** é Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá; Doutor em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

*** Para análise mais abrangente dos fatos e processos aqui abordados, ver o livro DIAS, Reginaldo B. *Uma universidade de ponta-cabeça: a ocupação da reitoria e a luta dos estudantes da UEM pela gratuidade do ensino e democratização da universidade*. 2ª.edição. Maringá: Eduem, 2009.

Da fundação da UEM à formação do DCE

Para falar da história do DCE-UEM, fundado em 1980, é preciso entender, ao menos sumariamente, a singularidade do movimento estudantil de uma universidade criada – como atentamente observava, em 1979, o Jornal do Dacese (Diretório Acadêmico do Centro de Estudos Socioeconômicos) – em um dos períodos mais obscuros da história do país.

Com efeito, a UEM foi criada em 1969,¹ no bojo da reforma universitária promovida pela ditadura militar, consagrada pela Lei 5540/68, absorvendo suas diretrizes, seja no que se refere à expansão do ensino pago, seja no que se refere à estrutura organizacional e ao regime disciplinar imposto a docentes, discentes e funcionários.

Diametralmente oposta à perspectiva defendida pela UNE, que preconizava a expansão do ensino público e gratuito e a democratização da gestão universitária, a implantação da reforma da ditadura supôs o silenciamento do protesto social, especialmente do movimento estudantil.

Desde 1964, a ditadura vinha tentando silenciar esse protesto, cassando a existência legal da UNE e das UEEs, assim como a possibilidade de ação autônoma das entidades estudantis, convertidas oficialmente em órgãos do Estado. Também a organização por curso, o centro acadêmico, foi extinta, dando lugar a diretórios setoriais mais amplos, cuja base de representação aglutinava estudantes de vários cursos de uma mesma unidade (faculdades,

centros de áreas afins) das universidades. Além desses diretórios setoriais, poderia existir, em cada universidade, o DCE, mas a falta de articulação com entidades como a UNE e UEEs, somada ao arbitrário atrelamento legal ao Estado, colocava sérios limites ao encaminhamento dos interesses gerais do movimento. Em suma, ao mesmo tempo eram diluídas as pautas específicas e fragmentadas as demandas gerais.

A resistência estudantil foi bastante intensa, materializada no combate à reforma que a ditadura queria impor. Contra as modalidades de organização que atrelavam as entidades ao Estado, os estudantes reafirmaram a UNE como sua legítima representante, realizando, por exemplo, congressos clandestinos.

Mas, como se sabe, a força acabou prevalecendo e a contestação estudantil foi desmantelada no final da década, concluída sob os ditames do Ato Institucional nº5, conhecido como "golpe dentro do golpe". O Decreto Lei 477, de fevereiro de 1969, adaptou o AI-5 para o circuito universitário.

Abortando um processo de democratização, a reforma promovida pela ditadura estabeleceu uma estrutura de poder bastante excludente para as universidades. Além de os estudantes não terem representação capaz de exercer mínima influência nos conselhos superiores e departamentos das instituições, todos os cargos importantes eram nomeados sem a livre participação da comunidade universitária. Exemplo: os chefes de departamentos eram nomeados pelo reitor, que era nomeado pelo governador, que não era eleito diretamente pelo voto popular.

Inserido nesse obscuro período, a origem do movimento estudantil da

¹ Foi criada pela Lei Estadual 6.034, de 6 de novembro de 1969, que foi efetivada pelo Decreto Estadual 18.109, de 28 de janeiro de 1970.

UEM apresenta contornos bastante particulares. Nas faculdades que se incorporaram à recém-criada Universidade Estadual de Maringá, havia três diretórios acadêmicos. Entre eles, somente o DA Roberto Simonsen (da Faculdade de Economia), fundado em 1961, tinha existência anterior ao golpe de Estado de 1964. Já o DA Nelson Hungria (da Faculdade de Direito) e o DA Davi Carneiro (da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras), fundados, respectivamente, em 1966 e 1967, nasceram no período da ditadura.

Não há espaço para discorrer sobre a atuação do movimento estudantil no período anterior à fundação da UEM. Fica assinalado que esse movimento praticamente nasceu e formou-se sob a legislação repressiva da ditadura militar. Se, em outras instituições, a trajetória precedente formou um importante campo de resistência à ditadura, aqui a experiência já nasceu estrangulada pelo novo regime. Mais: o nascimento da universidade é simultâneo ao desmantelamento, em cenário nacional, do protesto social e estudantil.

Durante a década de 1970, período de implantação da UEM, a falta de autonomia das entidades estudantis expressava-se pela própria maneira como sua representação era definida e redefinida por marcos administrativos. Se, no início da universidade, os diretórios representavam os acadêmicos de determinadas faculdades, à medida que eram incorporados outros cursos a essas unidades, a representação da entidade estudantil automaticamente se ampliava.

Em 1976, após a UEM ter obtido seu reconhecimento definitivo, foi realizado

um processo de reforma interna, com o objetivo de adaptar a estrutura organizacional às diretrizes da reforma universitária. As antigas faculdades foram extintas e foi implantada a estrutura baseada nos centros (de Ciências Exatas, de Ciências Humanas etc.). Resultado: as entidades estudantis pertencentes às antigas faculdades foram automaticamente extintas e foram formados outros diretórios na área de abrangência das novas unidades, os centros. Mais uma vez, a representação estudantil foi constituída de cima para baixo.

Exemplos: a) os DAs Roberto Simonsen e Nelson Hungria tiveram sua representação fundida em um novo diretório, o Dacese; b) o DA David Carneiro teve sua representação dividida em dois diretórios, o DACLA (DA do Centro de Ciências Humanas) e o DACCBS (DA do Centro de Ciências Biológicas e Saúde). Sequer batizar as entidades – definidas burocraticamente como DA do Centro A,B,C – os discentes puderam.

O movimento estudantil convivia ainda com outras expressões do período repressivo. Espécie de SNI interno, havia a Assessoria de Segurança e Informação dentro do campus, órgão que tratava de assuntos de "segurança nacional" e era subordinado ao reitor e à Divisão de Informações do MEC. Corolário do DL 477, existia também o Regulamento Disciplinar do Corpo Discente, que proibia, para citar alguns exemplos: a realização de reuniões sem comunicação prévia à administração, fazer publicações sem prévia autorização da reitoria, provocar ou incitar greves.

Entretanto, cumpre salientar que havia manifestações de resistência, como é o caso do jornal "O brado universitário", editado pelo DA Nelson Hungria até 1976, principal publicação estudantil da UEM naquela década. Eram temas presentes nas edições de "O brado": críticas aos aumentos das anuidades e à elitização do ensino, defesa da gratuidade do ensino, reivindicação da formação do DCE, DL 477. O sétimo aniversário desse decreto foi "comemorado" por "O brado", edição de maio de 1976, em uma matéria



ironicamente intitulada "Parabéns para você". Ainda nessa edição, o periódico colocou o seguinte aposto ao seu título: "Um jornal sem pressa. E sem pressão". O número anterior, editado em novembro de 1975, estampou a tarja "encarte especial de o Diário", um jornal de circulação comercial, o que demonstrava as dificuldades para circulação da imprensa estudantil.

No fim da década de 1970, com a rearticulação do movimento estudantil nacional, que resultaria na reconstrução da UNE (1979) e da UPE (1980), o

movimento local pôs em pauta, de maneira explícita, temas e ações de protesto. Em 1978, os estudantes reivindicaram, por intermédio de abaixo-assinado, o congelamento das anuidades e taxas, obtendo algumas concessões da administração da UEM.



Incidente entre estudantes e o Governador, em Maringá

Em 1979, em 10 de maio, o governador do Paraná, Jaime Zombaldi, visitou Maringá para inaugurar o novo prédio do Hospital de Câncer. Durante a visita, um grupo de estudantes, liderados por Nelson Hungria, realizou uma manifestação de protesto. Os estudantes exigiam a suspensão das anuidades e a gratuidade do ensino. O governador, ao ser informado da situação, prometeu investigar o caso e tomar as devidas providências. A manifestação foi pacífica e não houve nenhum incidente.

Em 1979, a tendência à mobilização ganhou corpo. Os estudantes, promovendo manifestações e passeatas, voltaram a reivindicar o congelamento das anuidades. Consumado o previsto reajuste das anuidades, as atenções foram voltadas ao recém-criado restaurante universitário. Reivindicou-se, por meio de abaixo-assinado e da

1979: o protesto estudantil ganhava corpo

Em 1979, a tendência à mobilização ganhou corpo. Os estudantes, promovendo manifestações e passeatas, voltaram a reivindicar o congelamento das anuidades. Consumado o previsto reajuste das anuidades, as atenções foram voltadas ao recém-criado restaurante universitário. Reivindicou-se, por meio de abaixo-assinado e da

promoção de boicote ao aumento, o congelamento dos preços. Embora essas mobilizações não tenham logrado êxito na conquista das pautas que perseguiam, modificavam a face do movimento estudantil da UEM, que assumia explicitamente matizes de contestação.

Naquele final de década, por conta do processo de abertura política, foram revogados o AI 5 e o DL 477 e foi estabelecida nova legislação para o movimento estudantil. Essa legislação atenuava os termos até então vigentes, mas ainda preservava um caráter bastante restritivo: autorizava somente a existência dos DAs setoriais e dos DCEs, entendidos como órgãos da universidade, proibia a existência dos centros acadêmicos e mantinha a UNE e as UEEs na clandestinidade.

A nova legislação alterou, também, o mecanismo de constituição de representação

discente aos órgãos colegiados

superiores. Essa representação, antes definida por eleições próprias, passaria a ser de competência do DCE, entidade até então inexistente na UEM.

Pode-se dizer que a criação do DCE sofreu um duplo influxo. Por um lado, o diretório foi literalmente criado, no início de 1980, pela administração da UEM, quando esta, visando regulamentar os novos mecanismos de constituição da representação discente aos conselhos superiores, comandou a adaptação dos estatutos da instituição aos termos da tímida revisão da legislação. Por outro lado, não se pode desconhecer que o avanço das mobilizações estudantis do final da

década de 1970 demandava a existência de uma entidade que, para além da ação de cada diretório setorial, unificasse as lutas gerais: gratuidade do ensino, congelamento dos preços etc.

Em seus primeiros anos de vida, o DCE sofreu a tensão dessa ambiguidade presente em seu nascimento, ou seja, pelo fato de ter sido criado como um órgão da universidade e por ser uma organização demandada pelo ascendente processo de luta.

Da fundação do DCE à gratuidade do ensino

Dados os limites de espaço, não é possível falar exaustivamente das sucessivas gestões do DCE, mas somente destacar alguns aspectos

importantes que as marcaram. Pelo mesmo motivo,

foram limitadas as referências ao movimento estudantil geral, colocado na esfera da UNE e da UPE, com o qual foram mantidas relações bastante estreitas a partir de



1981: inquérito disciplinar contra o DCE e o Dacese

então.

Esclareça-se que, em todo o período aqui analisado, o DCE orientou sua atuação pela bandeira da universidade pública, democrática e gratuita, assim como pelas questões relacionadas ao processo de democratização do país.

1981: fechamento do DCE e inquérito disciplinar

O DCE teve um início de existência bastante tumultuado. Eleita no final de 1980, a diretoria da entidade fez circular, no início do ano seguinte, a primeira edição de seu jornal, da qual constavam temas referentes à conjuntura nacional e questões ligadas às lutas estudantis,

nacionais e locais, como, por exemplo, críticas ao aumento dos preços do RU e divulgação da greve geral convocada pela UNE.

O peso do conservadorismo presente nas instâncias de poder da instituição falou alto nesse momento. Com efeito, a administração abriu um processo disciplinar contra o jornal do DCE, que foi acusado de: convocar a greve geral da UNE, circular sem prévia autorização, fazer alusões injuriosas a dirigentes universitários. Esse processo, que levou ao fechamento temporário do DCE e do Dacese, calçava-se no citado Regulamento Disciplinar do Corpo Discente, que, apesar da revogação do DL 477, ainda vigorava internamente.

Realizadas muitas mobilizações, feitas articulações com parlamentares oposicionistas e evidenciada a utilização de legislação em desuso, a punição, mais branda, recaiu sobre o desacato às autoridades. As edições posteriores do jornal, a despeito do tom crítico e do vocabulário contundente, não sofreram iguais sanções.

Outro tema importante nesse início de existência foi a aprovação do estatuto da entidade. Como o DCE era formalmente um órgão da universidade, a sua proposta de estatuto, identificada com a UNE e suas bandeiras – gratuidade do ensino, emancipação nacional etc. – , foi vetada e adaptada pelos órgãos competentes da instituição, com base na legislação do período, de caráter ainda bastante restritivo. O mesmo aconteceu com temas organizativos, como, por exemplo, autonomia para o diretório realizar suas eleições, homologar resultados e transmitir posse, atribuições que pertenciam à administração da universidade.

Não obstante, o DCE, em suas ações, buscava uma existência autônoma. Em

relação aos aumentos internos, o diretório convocou assembleias para tratar o tema, mas não houve reversão de nenhum índice. A palavra de ordem da greve geral nacional, que acabou não se realizando, cumpriu o papel de despertar a atenção dos estudantes para os problemas que a paralisação atacaria, segundo avaliação da UNE. Em setembro, o DCE encaminhou, com relativo sucesso, o dia nacional de mobilização, convocado pela UNE e pela Associação Nacional dos Docentes.

1982: o ensaio das eleições diretas para reitor

A segunda gestão do DCE assumiu um caráter bastante pragmático em relação aos aumentos. As anuidades foram reajustadas de acordo com os índices oficiais, mas os preços do RU foram negociados, em termos que o diretório julgou favoráveis, no início dos dois semestres. Entretanto, o grande tema de 1982 era, na visão dos dirigentes estudantis, a sucessão da reitoria.

Tendo como horizonte a eleição direta para reitor, o DCE participou, juntamente com as associações dos docentes e dos funcionários, de um processo, marcado pela realização de debates e de uma votação extra-oficial, para aferir a preferência da comunidade universitária sobre os candidatos colocados em disputa. A lista sêxtupla, confeccionada pelo Conselho Universitário, preservou os primeiros colocados daquela aferição, mas dispôs os nomes em ordem alfabética para a indicação do governador. Tendo sido nomeado o segundo colocado na preferência da comunidade, avaliou-se positivamente o processo.

1983: rebaixamento do preço do RU e quase ocupação da reitoria

No terceiro ano de existência do DCE, houve jornadas de enfrentamento aos

aumentos. Debatido no primeiro semestre, esse enfrentamento concretizou-se na segunda metade do ano. Em agosto, deflagrando uma luta pelo congelamento dos preços das refeições, o diretório ocupou o RU, instalou um caixa paralelo e cobrou os preços praticados no semestre anterior. Em seguida, organizou grande concentração para acompanhar as negociações com a administração. Diante do impasse criado, os estudantes cogitaram a hipótese de ocupar as instalações da reitoria, mas a solução veio antes. O Conselho de Administração aprovou emergencialmente uma proposta intermediária, apresentada pelo próprio DCE, encerrando o conflito.

Estimulado com o resultado dessa mobilização, o DCE desencadeou um combate ao aumento das anuidades. Foi organizado um boicote, caracterizado pelo recolhimento dos carnês de pagamento, com objetivo de obter congelamento das taxas nos termos anteriores ao aumento. Dessa vez, no entanto, houve um revés, visto que, dada a pouca adesão, o boicote malogrou.

O avanço da organização dos centros acadêmicos

Ensaída nos anos anteriores, a formação dos centros acadêmicos, organização estudantil por curso, expandiu-se acentuadamente em 1983. Há registros de que, em cerca de 10 cursos, houve constituição de comissões pró-centro acadêmico nesse ano, que vieram a se somar aos já existentes Capsi(CA de Psicologia) e Cajol(CA José Lutzemberger, dos estudantes de Agronomia). Ainda havia, embora sem portar estatuto de centro acadêmico, organização que continuava proibida por lei, associações estudantis nos seguintes cursos: Engenharia Química,

Educação Física e Zootecnia. O período posterior, marcado pela constituição de novos CAs, confirmou essa tendência.

O resultado desse processo foi a automática extinção dos antigos DAS setoriais, que cederam lugar aos CAs. A virada tinha grande alcance, uma vez que representava não apenas a disseminação das entidades de base do movimento, mas sobretudo o fato de que os estudantes ultrapassavam os limites da lei e estabeleciam suas próprias formas de organização. Não por acaso, foram fortalecidas lutas específicas de cada curso nesse período, exemplificadas pelo desencadeamento de algumas greves localizadas: Agronomia (1982), Farmácia Bioquímica e Biologia (1983). Mais: os estudantes de Psicologia, História e Física driblaram a legislação e conquistaram, já em 1983, a eleição direta para chefia de seus respectivos departamentos. Dessa vez, o resultado das urnas foi homologado pelos órgãos competentes.



1984: a ocupação da reitoria

No início de 1984, a diretoria do DCE tentou, sem êxito, repetir o ritual de protesto contra os aumentos do RU que fora realizado, com sucesso, no semestre anterior. Como a tentativa malogrou por falta de adesão dos estudantes, a entidade dedicou sua atenção à participação na campanha diretas-já para presidente da república, que mobilizou todo o país, e à

preparação de novas ações para conter os aumentos do semestre seguinte.

O DCE passou a articular intensa propaganda das lutas que então se realizavam em outras regiões do estado. Exemplo: na Universidade Católica do Paraná, os estudantes haviam tomado a reitoria durante uma paralisação contra os aumentos. Da mesma forma, divulgava a campanha pela gratuidade do ensino que a UPE desencadearia em meados de agosto do ano em curso.

Nesse meio tempo, o jornal do DCE foi alvo de um novo processo de censura. Dessa vez, o motivo não era muito convencional: a inclusão do nome mais popular da genitália feminina no contexto de uma crônica literária que estimulava, sem pudores, a criação poética. A diretoria da entidade e os colaboradores do jornal, sob iniciativa da administração da universidade, foram indiciados em inquérito policial por atentado ao pudor. O processo não prosperou, mas constituiu-se em um emblema do conservadorismo que continuava marcando as relações de poder da instituição.

A ocupação da reitoria foi deflagrada, por meio de processo muito parecido com aquele ocorrido no ano anterior, no dia 14 de agosto de 1984. Na véspera, os estudantes haviam ocupado o RU, instalado o caixa paralelo e transferido sua concentração para as proximidades do prédio da reitoria, a fim de negociar com a administração. Como as negociações não evoluíram, os estudantes, nessa mesma noite, fizeram uma reunião de centros acadêmicos para decidir os desdobramentos da mobilização. Submetida à apreciação, a proposta de ocupar as instalações da reitoria foi derrotada, por estreita margem, pela decisão de deflagrar, no dia seguinte, uma greve geral sem a ocupação.

No final da manhã de 14 de agosto, a assembleia geral dos estudantes reuniu-se, defronte do RU, para apreciar os encaminhamentos apontados pelos CAs. Promovendo uma reviravolta, a assembleia decidiu, por ampla maioria, que o próximo passo da mobilização deveria ser a ocupação da reitoria. Surgiram debates para que essa medida fosse adiada, mas decidiu-se pela imediata ocupação, fato consolidado sem demora.

Seria possível discorrer longamente sobre os contornos desse complexo processo. Nos limites aqui disponíveis, ficam algumas indicações. Desencadeado contra os aumentos do RU, das mensalidades e do xerox, o movimento passou a alimentar a expectativa de conquistar a própria gratuidade do ensino, já que a campanha estadual da UPE estava para ser deflagrada no dia 18 de agosto, ou seja, no final da semana em que, na UEM, ocorria a ocupação. A adesão de outras universidades poderia dar grande impulso ao processo.

Por outro lado, o movimento convivia com pressões várias, vindas especialmente da administração. Esta, argumentando que precisava zelar pelos interesses da instituição, emitia constantes ultimatos de que entraria na justiça para exigir a reintegração de posse, medida cuja efetivação poderia demandar a utilização de aparatos policiais. Estes ficaram de prontidão nas imediações da universidade durante a tarde em que se concretizou a ocupação do prédio, mas não chegaram a entrar em ação.

Nos dias seguintes, mesmo sem a presença física de forças repressivas, o movimento conviveu permanentemente com o fantasma de que elas poderiam ser utilizadas para garantir a evacuação das instalações ocupadas. Além disso,

alegando que os estudantes que preferiam a normalidade das aulas estavam sendo constrangidos pelos grevistas, a administração decretou recesso acadêmico a partir do terceiro dia de ocupação, medida que acabava se constituindo em uma forma de impedir a irradiação da mobilização.

Não obstante as expectativas de conquistar a gratuidade do ensino, o movimento caminhou para a negociação antes mesmo da deflagração da campanha da UPE. Em 17 de agosto (sexta-feira), houve uma primeira rodada de negociação com a administração da universidade, mas o resultado ficou muito aquém da expectativa da assembleia estudantil.

Em 19 de agosto (domingo), o prefeito da cidade, convidado a intermediar novas negociações, tomou a iniciativa de oferecer um subsídio para garantir o congelamento dos preços do RU até o final do semestre. Como se tratava de uma conquista inédita e a mobilização dava sinais de cansaço, a assembleia estudantil aceitou - com entusiasmo - a proposta e o movimento foi suspenso, com a disposição de, se necessário, desencadear novas ações na luta pela gratuidade. Considerou-se que decisão não era contraditória com o lançamento da campanha da gratuidade. Em razão de sua envergadura, essa reivindicação exigia um cronograma de lutas de médio e longo prazo.

Houve, no entanto, reviravoltas na sequência. Primeiro, a verba prometida pelo prefeito não foi aprovada pela Câmara de Vereadores e o subsídio foi garantido pelo governo do estado. Depois, quando a situação parecia ter sido normalizada, surgiu novo impasse, visto que o governo do estado enviou apenas a metade do montante necessário para subsidiar o congelamento. Antes do final do semestre, os preços voltaram

ao seu patamar original. Sem fôlego e vivendo uma espécie de ressaca da intensa mobilização, o movimento estudantil não conseguiu reverter esse quadro. A outra metade do subsídio só foi remetida em 1985, quando sequer era esperada.

Não se pense, entretanto, que esse processo não obteve nenhum êxito. Suas principais repercussões são muito nuançadas e se verificaram, especialmente no processo de democratização da universidade, no médio prazo.

Durante a semana da ocupação, os estudantes nutriram o sentimento de que haviam constituído uma espécie de comunidade democrática dentro da universidade. Consideraram que haviam instaurado relações de poder que contrastavam fundamentalmente com a hierarquia da instituição, na qual os direitos de participação dos acadêmicos eram muito limitados. Enquanto a representação discente não tinha influência decisiva na vida do Conselho Universitário, durante a ocupação sua sede foi palco das assembleias do movimento, instância em que eram decididos não apenas os rumos da mobilização, mas também os destinos da instituição, comandada, nesse momento excepcional, pelos estudantes. Os locais da hierarquia acadêmica converteram-se em espaço da democracia estudantil. Nesse sentido, pode-se dizer que a universidade foi colocada de ponta-cabeça.

O sentimento de comunidade marcou a mobilização. Bastante criativo, o movimento produziu manifestações e expressões emblemáticas de sua identidade, traduzidas em músicas, shows, paródias de programas de auditório. Tudo isso era sediado nas instalações do Conselho Universitário e da reitoria. Dizia-se que os programas

de auditório eram patrocinados pelo sabonete "magnífico", alusão de que, na compreensão dos estudantes, o reitor se esquivava da solução dos problemas.

Uma canção, parodiando Adoniram Barbosa e sua "Saudosa maloca", matizou como os manifestantes viam o conflito. Sobre a eventual desocupação forçada pela polícia, a canção, de forma explicitamente maniqueísta, falava: "vamo pro meio da Rua apreciá a repressão(...)Deus fez a gente/o diabo o Reitor". Mais adiante, o refrão enfatizava a união estudantil: "Bacana Moçada/moçada querida/ que um dia se uniu/para o resto da vida".

No final da mobilização, um panfleto afirmou que os estudantes, ainda que pelo período de uma semana, haviam provado que era possível construir uma comunidade verdadeiramente justa e democrática, características opostas àquelas que, na interpretação do movimento, vigoravam na universidade.

A relação com conquistas mais amplas será demonstrada adiante, mas pode-se adiantar um dado importante: o Conselho Universitário debateu e recusou a abertura de um processo para apurar responsabilidades sobre a ocupação da reitoria. Apesar de ser a mais explosiva ação de protesto do movimento estudantil da UEM e questionar, em seu próprio espaço, as estruturas de poder da instituição, a ocupação não gerou nenhuma punição. Dada a trajetória da universidade, foi uma decisão de amplo alcance, sinal de que os ventos começavam a soprar noutra direção.

1985: I congresso do DCE

Em 1985, a vida do DCE foi marcada pelos influxos da ocupação da reitoria. Por um lado, a tendência à desmobilização que se verificou logo após o fim da ocupação não foi

fundamentalmente revertida, no que se refere ao combate aos aumentos. Por outro lado, a entidade, tentando expressar os sentimentos presentes naquele movimento de ocupação, promoveu duas inovações, apresentadas como propostas durante a campanha eleitoral para a sucessão da diretoria anterior.

A primeira inovação, relacionada à descentralização da estrutura interna de funcionamento do DCE, foi a adoção do sistema de diretoria colegiada, sem cargos hierárquicos. A segunda, com o horizonte de abrir espaços de participação que extrapolassem os canais tradicionais, materializou-se na realização de um congresso. Coerente com o objetivo de descentralizar o processo decisório, o congresso seria, ele próprio, o espaço de definição da linha de atuação da entidade.

O I Congresso do DCE, maneira como foi denominado o evento, teve como principal deliberação a necessidade de ser desencadeada uma luta por eleições diretas para reitor, programada para o ano seguinte.



1986: eleições diretas para reitor

O DCE concentrou seus esforços na implementação das eleições diretas para reitor. Os aumentos do início do ano foram efetivados, havendo depois o congelamento estabelecido pelo plano cruzado. Esse fato, tirando de cena os novos reajustes, colocou mais centralidade à pauta das eleições.

A campanha pelas diretas foi encampada pelo DCE, juntamente com o sindicato e com as associações dos docentes e dos funcionários, constituindo-se na primeira grande mobilização estudantil ocorrida no período posterior à ocupação da reitoria. Deflagrado o processo, a diretoria do DCE engajou-se na campanha da chapa de oposição, organizada pelo MUDE-Movimento universidade democrática.

A chapa do MUDE canalizou os esforços e vontades da grande maioria dos setores que se engajavam nos movimentos em favor da universidade pública, democrática e gratuita. Decisiva, a participação do DCE garantiu que, no meio estudantil, a chapa do MUDE obtivesse a maioria dos votos, contribuindo para a sua vitória geral. O resultado das eleições foi homologado pelo governador.

1987: congelamento das anuidades e gratuidade do ensino

Sob o eco da eleição para a reitoria, o DCE encaminhou, no início de 1987, um abaixo-assinado reivindicando o congelamento dos preços das anuidades. Apiciada pelo Conselho de Administração, essa reivindicação, após algumas negociações, foi efetivada, assegurando uma conquista inédita aos estudantes da UEM. Em meados de 1987, no cenário de uma greve de professores e funcionários, o governador negociou a implantação da gratuidade do ensino nas universidades estaduais,² decisão implementada a partir do início de 1988.³ O movimento estudantil entrou em um novo período.

Considerações finais

A história do movimento estudantil da UEM caracterizou-se, antes e depois da

formação do DCE, por muitas descontinuidades. Um primeiro sinal desse fenômeno foi o processo, fortemente marcado por ações de cima para baixo, de formação e reconstituição de entidades e redefinição de sua representação. Aos poucos, no entanto, os estudantes assumiram as rédeas desse processo, constituindo, na década de 1980, os centros acadêmicos e forjando uma ação autônoma para o DCE.

As mobilizações estudantis também foram marcadas por essas descontinuidades. A rigor, pode-se dizer que houve uma espécie de movimento pendular. Momentos de mobilização foram sucedidos por outros de desmobilização. Em 1983, por exemplo, o movimento contra os aumentos do RU foi sucedido por um malogrado boicote ao pagamento das anuidades. Com poucas exceções, como essa mobilização em torno do RU, os processos de luta contra os aumentos não obtiveram uma vitória imediata. Nem todo o impacto da ocupação da reitoria garantiu vitória duradoura contra a elevação dos preços.

Não se pode, porém, entender o processo a partir de uma relação de causalidade direta e imediata. Muito mais complexo, esse processo era repleto de descontinuidades, mas também foi marcado por acúmulo de forças e de vontade política, dimensão fácil de ser comprovada.

Foram os movimentos estudantis descritos nesta exposição, somados aos movimentos dos docentes e dos funcionários, que pavimentaram o caminho para assegurar, em 1986, a eleição direta para reitor e, mais do que isto, a vitória, nesse processo eleitoral, de uma proposta de administração francamente identificada com um projeto de universidade pública, democrática e gratuita.

² Lei Estadual 8675, 21 de dezembro de 1987.

³ Decreto Estadual 2276, 11 de janeiro de 1988.

Um momento de inflexão, nesse sentido, foi o movimento de ocupação da reitoria, orientado pela bandeira da gratuidade e pela vontade de constituir uma comunidade democrática, que acirrou e desnudou as contradições das estruturas de poder da universidade.

Se, no início de 1987, um abaixo-assinado, instrumento pouco eficiente em outras conjunturas, logrou êxito em garantir o congelamento das anuidades, foi porque esse momento era o ponto de chegada de um processo de lutas.

Quando o governador anunciou a implantação da gratuidade, não havia concretamente (apesar da greve de docentes e funcionários) um movimento que o pressionasse irreversivelmente nessa direção, mas a efetivação do

congelamento tornava o peso das mensalidades cada vez menor no contexto geral das receitas da universidade. Se antes as mensalidades representavam cerca de 8% das receitas, no final do ano compunham aproximadamente 2%. Daí para a gratuidade seria um pulo.

Enfim, se os resultados alcançados pelo movimento estudantil nem sempre foram muito visíveis num plano imediato, sedimentou-se, no médio prazo, o caminho da ampliação da dimensão pública e gratuita da universidade.

O novo período que se abriu a partir de então, rico em temas e ações, mereceria uma nova pesquisa. Fica a sugestão para outros historiadores.